

# XII COLÓQUIO DE OUTONO

BRAGA | 04 A 06 DE NOVEMBRO | 2010

CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DO MINHO

## Resumos/Abstracts

Vozes, Discursos e Identidades em Conflito

Vozes, Discursos e Identidades em Conflito

Vozes, Discursos e Identidades em Conflito

Vozes, Discursos e Identidades em Conflito

## Contactos

CEHUM – Centro de Estudos Humanísticos

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Universidade do Minho

Campus Gualtar

4710 – 057 Braga

Portugal

Tel.: +351 253604185

Fax.: +351 253604164

E-mail: [ceh@ilch.uminho.pt](mailto:ceh@ilch.uminho.pt)

Website: <http://ceh.ilch.uminho.pt/>

# Vozes, Discursos e Identidades em Conflito

*Voices, Discourses and Identities in Conflict*

XII Colóquio de Outono – 4 a 6 de Novembro 2010

## 04.11.10> Quinta-feira> Anfiteatro B2

9:30

Sessão de Abertura (*Opening session*)

Vice-Reitor da Universidade do Minho

Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas

Directora do Centro de Estudos Humanísticos

10:00

**(Mod. João Rosas)**

**Andrew Vincent** (Univ. of Sheffield)

### *Culture, identity and human rights*

The focus of this paper is on one vexed question: what role does the concept of culture have in contemporary considerations of human rights? The question is prima facie elusively simple, but its implications are legion. My answer to this question is however alarmingly blunt, that is, culture is largely a negative influence and it conflicts with the basic sense, character and content of human rights and should be resisted. This blunt response will, of course, require some elucidation and explanation.

The plan of the paper will be first to introduce the idea of culture in the context of its relation with human rights debates since 1945. This will require a brief overview of the historical and contextual detail. In speaking of this I will invoke a distinction which remains highly contestable, namely, that between generations of rights. I will however explain - but maybe not fully exculpate - my usage of this distinction. Having set the scene and explained the place of culture in human rights debates I will turn to a series of criticisms which aim to deny or undermine the place of culture in current human rights arguments, although I realise that I am probably a fairly isolated figure here who is kicking against the Zeitgeist.

11:00 Pausa p/ café (Coffee-break)

11:15

**(Mod. Carlos Mendes de Sousa)**

**Tomás Albaladejo** (Univ. Autónoma de Madrid)

*Los conflictos del discurso y los discursos del conflicto.  
Análisis interdiscursivo y retórica cultural.*

El discurso permite la manifestación y el conocimiento de los conflictos gracias a la pluralidad de las voces y de las interpretaciones en la sociedad. Los distintos discursos que se producen y comunican en la sociedad constituyen un macrodiscurso en cuyo interior existen conflictos que es posible explicar por medio de los componentes ideológico, ético y verbal que Bajtin propuso para la novela. Además, cada discurso, considerado en sí mismo, contiene conflictos en una dialéctica interna en la que se conectan posiciones y desplazamientos del propio sujeto del discurso. El planteamiento que se hace es de análisis interdiscursivo y tiene en consideración los discursos literarios y los discursos retóricos principalmente. Se propone una explicación retórica de los componentes persuasivos de los discursos en el conflicto, así como del conflicto entre los discursos y dentro de los discursos. El conflicto (y el postconflicto, por su vinculación con el conflicto) son analizados a partir de la necesidad del discurso. Esta explicación se configura en el ámbito de la Retórica cultural de raíz interdiscursiva.

14:30

**(Mod. Eduarda Keating - CEHUM)**

*Mutações do conto nas sociedades urbanas contemporâneas – sessão plenária*

Esta sessão apresenta o projecto 'Mutações do conto nas sociedades urbanas contemporâneas' e visa discutir as principais coordenadas da abordagem das duas mutações do conto que ele elege : a primeira é o conto, visto que as suas funções sociais e contextos de comunicação estão em curso de redefinição; a segunda é o microconto, narrativa que pode ser lida entre duas estações de metro e que é designada por múltiplos termos: microficção, flash fiction, short short stories, nouvelles en trois lignes, récit ultra bref, lodyan, pitch, etc. A sessão examina e debate questões levantadas por um corpus

multilíngue de contos e de microcontos, em vias de constituição, organizadas em três quadros de reflexão: 1. géneros, discursos e modelos; 2. temas, tons e registos; 3. mobilidade inter-mediática. A sessão tem duas horas e organiza-se assim:

1. Apresentação do projecto (Eduarda Keating).
2. Leitura de alguns microcontos (Luís Ene) e narração de um conto (David Heathfield).
3. Mesa redonda: Luís Ene, Rui Amaral, Clara Haddad, Celso San Martin, Sofia Afonso, Rita Patrício e Cristina Alvares conversam sobre contos e microcontos.
4. Performance de um contador (Thomas Bakk).

16:30 Pausa p/ café (Coffee-break)

17:00

(Mod. Margarida Pereira)

**Paula Guimarães** (CEHUM)

*Speak from every mouth – the speech, a poem:  
conflicting voices, discourse and identities in the poetry of Robert Browning*

It seems very difficult to link autobiography with poetry in Browning's poetical works because the author constantly and methodically hides behind masks and speakers, expecting his readers to take pleasure in unmasking each. In his epilogue to *Men and Women* (1855), Browning writes: "... you saw me gather men and women, / Live or dead or fashioned by my fancy, / Enter each and all, and use their service, / Speak from every mouth, [...]" (ll. 129-132). With these multiple characters, no speaker could be abusively identified with the poet, who thus became invisible but free to speak in the first person while using several voices.

Through odd rhymes, dislocations of syntax and colloquialisms, Browning creates for each speaker a highly individual linguistic personality. The 'action' in his poems is thus verbal and vocal. Some of these voices tell the 'truth' when they precisely try to hide it and others hide the truth when they pretend to tell it openly, leaving the reader to decide. As the poet states in *Sordello* (1840), "making speak, myself kept out of view, / The very man as he was wont to do, / And leaving you to say the rest for him." (l, ll. 15-17); this means that the reader is strongly invited not to trust the speaker and to take his own conclusions from the

speaker's unwonted revelations. The poet never interrupts and judges his speakers but ironically and implicitly invites his readers to do so by obliquely debunking the speeches of his reprehensible speakers.

Browning himself staged his aesthetic principle in the dramatic monologue "How it strikes a Contemporary" (1855), in which the artist is described as an observer who needs to put reality to the test, through the drama of conflicting internal voices, and whose reader is a competent one who never takes the text at its face value. In the end, there seems to be a deliberate absence of definitive answers to pressing questions about identity, motive and social context.

### **Marilda Beijo** (U.S.Paulo/CEHUM)

#### *O ano da morte de Ricardo Reis: discursos entrecruzados*

O presente estudo propõe uma análise do processo criativo de construção literária desenvolvido na narrativa *O ano da morte de Ricardo Reis*, de José Saramago, tendo como base a intertextualidade que promove o entrecruzamento entre os discursos da história e da ficção. Isso se dá, claramente, em decorrência da recuperação, por Saramago, do jornal *Diário de Notícias*, da época de 1936, trazendo esses textos para o interior do universo ficcional e causando uma mescla entre os discursos jornalísticos e a prosa de ficção, de modo a ser possível questionar, inclusive, como se estabelecem os limites entre os gêneros literários, já que o texto vai se construindo de forma híbrida. Esse tipo de procedimento legitima-se pelo fato do escritor utilizar-se do espaço romanesco, que permite a junção dessas duas formas de manifestação da escrita: o romance resgata, assimila, transforma, deforma, (des)constrói e reconstrói, por meio do processo intertextual, os diferentes discursos de que se apropria. Além disso, paralelamente, existe uma discussão metalingüística, ou seja, uma reflexão acerca do tratamento das artimanhas da linguagem no momento do ato de escrever, que se instala na narrativa por meio dos diálogos entre os personagens de Saramago (Ricardo Reis e Fernando Pessoa). O resultado desse processo literário de recriação da história recente de Portugal (1936) e da criação da narrativa ficcional do narrador de Saramago é, segundo a análise feita, uma revisitação, por parte do autor, não só dos fatos históricos ocorridos nos pais, assim como de uma forma de organização e reflexão sobre os fatos do mundo por meio da literatura.

## **Luis Pipa (CEHUM)**

*Vozes ocultas na edição de Vianna da Motta da sonata para piano op. 7 de Beethoven*

O texto musical de Beethoven é considerado por muitos como intocável. As edições "urtext" surgidas na segunda metade do século XX e o desenvolvimento da indústria discográfica contribuíram decisivamente para uma significativa cristalização da interpretação beethoveniana. A edição de Vianna da Motta da sonata op. 7 desvenda pormenores insuspeitos a uma leitura convencional do texto de Beethoven, revelando vozes que permanecem ainda hoje para a grande maioria ocultas.

## **Ângelo Martingo (CEHUM)/ Pedro Maia (CITAR)**

*Sentido poético e retórica musical em Dichterliebe*

Partindo de uma análise sumária de elementos rítmicos, melódicos, harmónicos, e formais, bem como do diálogo estabelecido entre estes e o texto, esta comunicação procura aclarar a pluralidade dos modos de relação entre a voz da música e a voz da poesia em *Dichterliebe*, Op. 48, de Robert Schumann, evidenciando, nesse contexto, em particular, o sentido gerado pela negação musical do texto poético.

20.00

**Jantar do Colóquio** (Conference Banquet)  
Restaurante Panorâmico UM

**05.11.10> Sexta-feira> Anfiteatro B1**

9:00

**( Mod. Vítor Moura)**

**Angel Rivero** (Univ. Aut. Madrid)

*As Identidades do conflito nas democracias modernas*

Nas sociedades modernas a identidade não é pré-existente às pessoas mas faz parte da escolha delas, da sua liberdade pessoal. É por isso que a identidade é propriamente um processo de identificação. No entanto, nestas sociedades ainda existem identidades adscritas que fazem a escolha dos seus membros. Assim, as pessoas das sociedades modernas têm identidades plurais: como cidadãos, vizinhos, crentes de uma religião, de uma raça, etnia, comunidade de língua e muitas outras. A identidade é plural. Às vezes, as identidades relacionam-se de forma pacífica mas outras vezes é o conflito o que acontece entre as identidades. Assimilação, integração, reconhecimento e exclusão são formas diversas de articulação das identidades. A identificação pode ser conflituosa ou integradora, estar à procura do pluralismo ou de homogeneidade. Então temos identidades de conflito e temos identidades de integração. Na minha conferência tentarei procurar um critério de demarcação entre as identidades de integração e as identidades do conflito.

**(Mod. Pilar Barbosa)**

**Perpétua Gonçalves** (Univ. Ed. Mondlane, Moçambique)

*As línguas ex-coloniais na construção de identidades africanas:  
negociações e consensos*

Após 35 anos de independência, Moçambique proporciona já uma variada gama de evidências sobre a complexidade da situação linguística e sócio-cultural que caracteriza as sociedades africanas pós-coloniais.

Face à necessidade de adoptar as línguas europeias como línguas oficiais, as comunidades africanas debatem-se frequentemente com dilemas relacionados com as formas variáveis como usam estas línguas e com os papéis sociais que as línguas locais podem desempenhar nos países recém-independentes.

O estudo das atitudes e percepções da comunidade moçambicana face a estas questões permite captar diversas dimensões da ecologia multilingue e multicultural típica dos países africanos, contribuindo para a construção de modelos teóricos capazes de acolher a complexidade que caracteriza estes contextos.

10:45 Pausa p/ café (Coffee-break)



11:00

**Sessão Plenária:**

***Lost in Transition: The Search for Memory, Justice and Democracy***

**(Mod. Miahela Mihai [CES/ CEHUM] e Alexandra Barahona de Brito)**

**António Costa Pinto** (Universidade de Lisboa)

*Authoritarian legacies and the "Politics of the Past" in South European Democracies*

In this paper to compare how southern European democracies have reacted to past authoritarian regimes. In the first part we seek to frame the concepts of authoritarian legacies, transitional justice and politics of the past as they are applied to the 4 cases. In the second we analyse the forms of transitional justice that were present during the processes of democratisation in southern Europe.

**Silvia Rodriguez Maeso** (Universidade de Coimbra)

*Testimonios, discurso experto y comisiones de la verdad: el contexto de la denuncia*

Las Comisiones de la Verdad (CV) se han convertido, desde mediados de la década de 1980, en “estructuras estandarizadas” para dar cuenta desde el Estado de la violación sistemática de derechos humanos mediante la investigación de los hechos y las responsabilidades correspondientes. Las CV se insertan por tanto como uno de los mecanismos con mayor relevancia dentro del proceso de globalización del discurso y práctica jurídica de los derechos humanos, así como del campo de la llamada “justicia transicional” que analiza los contextos de cambio político de un régimen totalitario hacia uno democrático-liberal, y en especial, el papel de la justicia y del derecho. En este texto voy a centrarme en dos aspectos interrelacionados del trabajo de las CV: uno, los testimonios como elemento central de las CV tanto desde el punto de vista de su legitimidad ético-política como de su labor en la determinación de las violaciones de los derechos humanos; y dos, el trabajo de los profesionales del derecho y de las ciencias sociales dentro de la CV como expertos que aportan legitimidad científica a estos

procesos y que son también testigos privilegiados de la producción de la verdad, en esa duplicación del acto de testimoniar que las comisiones propician.

### **Filipa Raymundo** (EUI - Florence)

#### Transitional justice during Portugal's democratization: criminalizing the repressive institution

This paper focuses on transitional justice in Portugal's democratization (1974-76). It suggests that on a comparative perspective, Portugal must be classified as a strong transitional justice case, although with unsolved issues regarding the colonial war and the military's cooperation with the political police in Angola, Mozambique and Guinea (1960-75). By developing a case study on the criminalization and prosecution of the political police during regime change, it brings two new insights into our understanding of the Portuguese case: the volatility of the process, attributed to the absence of a strong leadership like that of Alfonsín, Karamanlis or Havel, which could have pushed the process to a quick solution of punishment, truth revelation or forgiveness; and the inevitability and to a certain extent unintentional character of the outcome due to an early and consequential choice for preventive detentions. This study on the criminalization and prosecution of the political police in Portugal therefore adds new important conclusions to the former theories focused on the crisis of the state (Pinto, 2006) and political opportunity structures (Cerezales, 2003). In a larger comparative perspective, the Portuguese case may be regarded as a challenge to classical theories of transitional justice, given the weak correlation between an authoritarian regime with comparatively low levels of repression and human rights abuses and a strong transitional justice demand.

### **Javier Chinchon** (Universidad Complutense de Madrid)

#### *La experiencia española: Una visión desde el Derecho*

Desde un enfoque jurídico, interno e internacional, en esta presentación se intentarán exponer, analizar y valorar los pasos dados en España en el ámbito de la Justicia Transicional desde los orígenes formales de su último proceso de transición a la democracia hasta la actualidad. Para ello, se escogerán algunos de los momentos y elementos clave que permitan ejemplificar la apuesta inicial y el desarrollo posterior de lo que podríamos llamar "el modelo español". El objetivo fundamental será presentar un

primer balance acerca del tratamiento de los crímenes y abusos cometidos en la Guerra Civil y el franquismo; balance que justamente ha de permitir comprender mejor muchos de los acontecimientos más recientes ocurridos en España en torno a la conocida como "recuperación de la Memoria Histórica", y muy especialmente algunos de los hitos que aparentemente han hecho renacer la atención sobre "el caso español": Lo acaecido desde fines de 2006, luego en 2007, posteriormente a finales de 2008, y de manera especialmente intensa a partir de enero de 2009 y sobre todo comienzos de 2010. Fechas que se corresponden, respectivamente, con las primeras denuncias ante la Audiencia Nacional, la aprobación de la popularmente conocida como "Ley de Memoria Histórica", los Autos del Magistrado-Juez Baltasar Garzón, y la presentación de querellas y el desarrollo del procesamiento contra el mismo por el delito de prevaricación.

14:30

**(Mod. Aldina Marques)**

**Paul Bacot** (Univ. de Lyon)

### *L'onomastique et le discours politique*

L'onomastique devrait avoir toute sa place dans l'analyse du discours politique – qui lui-même mériterait une plus grande attention de la part de la science politique. On aura en effet une idée de la grande variété des noms propres en politique à travers la lecture d'une partie des notices contenues dans certains ouvrages de la collection « Les mots de... » ouverte en 2001 aux Presses du Mirail, ou la consultation des résumés des contributions au Séminaire d'onomastique politique initié à Lyon en 2008.

Nombreux sont, en sciences du langage, les travaux indispensables à la compréhension du fait dénomiatif en matière politique, même s'ils ne portent pas principalement, voire pas du tout, sur le politique. Même lorsque la préoccupation politologique n'est pas affichée, les noms pris en exemple ou les problématiques qui leur sont appliquées relèvent souvent de l'analyse politique – surtout si l'on ne s'en tient pas à la politique entendue comme un ensemble particulier d'acteurs, d'institutions et de terrains ainsi étiquetés dans le discours courant, mais que l'on prend en considération le politique, entendu comme une mise en scène de la conflictualité sociale. C'est dans cette optique qu'a été produite récemment une première recension, nécessairement non exhaustive, de la production francophone traitant d'onomastique dans une perspective susceptible d'intéresser directement ou indirectement les spécialistes de l'étude du discours politique.

Traditionnellement, on considère que le nom propre (en général) permet de répondre aux questions qui ? (anthroponymes) et où ? (toponymes), auxquelles en toute logique il conviendrait d'ajouter quand ? Dit autrement, le nom propre renvoie aux déictiques je, ici, maintenant. De fait, la toponymie est fortement représentée dans la littérature onomastique à portée politique, qu'il s'agisse d'ouvrages ou de dossiers à visée générale ou de travaux plus spécifiques portant sur les noms de continents ou d'ensembles géopolitiques, de pays, de régions, de villes ou de villages, de quartiers, de rues, ou plus largement sur la toponymie urbaine, mais aussi sur les noms d'espaces naturels. Parfois traitée concurremment à la toponymie, l'anthroponymie et l'ethnonymie sont également très présentes, notamment dans une perspective diachronique, qu'elle porte sur les dénominations individuelles ou collectives, sur les dénominations officielles, officieuses ou polémiques, et donc finalement sur les concurrences et les jeux de dénominations.

Les autres catégories de noms propres – leur classement n'allant d'ailleurs pas de soi – n'ont fait l'objet que de travaux plus rares, et souvent plus récents. Ainsi en va-t-il des noms de périodes ou chrononymes ou encore des noms d'actions : noms de guerres, de batailles, d'événements, de négociations. La dimension politique de certains noms propres tient souvent au fait que la réalité qu'ils désignent appartient socialement au domaine de l'activité politique, dans sa double dimension de gestion de la chose publique et de compétition pour les postes de pouvoir. C'est notamment le cas des noms d'organisations et d'institutions. Il y a trente ans, Maurice Tournier interrogeait pour la première fois la morphologie des noms de partis politiques. Depuis lors, si l'interrogation a été souvent reprise, rares sont les travaux spécifiquement consacrés à l'onomastique partisane, ou encore aux noms propres des organisations syndicales, des alliances politiques, des listes de candidats. L'étude des dénominations d'institutions porte notamment quant à elle sur les noms d'assemblées ou agoronymes et sur les noms de ministères. On a aussi commencé à s'intéresser aux dénominations des textes juridiques, comme par exemple celles des constitutions, mais aussi des régimes politiques, des mythes politiques ou encore des politiques publiques.

Les développements de l'onomastique durant les récentes décennies s'avèrent tout particulièrement intéressants pour les noms propres en politique. D'abord parce que le renouveau d'intérêt porté à l'objet et les nouvelles approches mobilisées se proposent de saisir le nom propre en discours – c'est-à-dire dans la « mise en œuvre de la langue par un sujet parlant », dans une phrase ou dans un ensemble d'énoncés plus large – et non plus seulement en langue. Or, c'est bien toujours en discours que le nom propre se manifeste comme politique – et comme nom propre. Ensuite, parce que ces nouvelles approches replacent volontiers la dénomination dans une perspective dialogique. Or, la dimension nécessairement conflictuelle du politique est inséparable d'une réalisation dans

et par le dialogue, notamment mais pas seulement lors des débats institués comme tels. Enfin, la remise en cause de l'asémantisme du nom propre au profit d'une recherche de son sens ou de sa « signifiante » se révèle particulièrement porteuse s'agissant par exemple des noms de personnes ou de lieux, et surtout d'institutions ou d'organisations, mais aussi de périodes ou d'événements, particulièrement lorsque le processus de dénomination entre clairement dans des stratégies plus ou moins explicites : les baptêmes en politique sont le plus souvent datables et localisables, on peut rechercher qui en ont été les principaux acteurs – décideurs, politiciens, journalistes, mais aussi savants – et l'on peut donc voir dans le choix d'une dénomination propre des intentions de légitimation, d'argumentation, de mobilisation.

Ces trois dimensions (discursive, dialogique, sémantique) n'en font en réalité qu'une seule : ces études portent bien sur les usages multiples des noms propres, et s'avèrent particulièrement utiles s'agissant de ces noms propres polylexicaux appelés « descriptifs » et « mixtes » ou « dénominations propres », comme par exemple les noms de partis ou d'assemblées. On est donc loin de la seule volonté d'identifier et de distinguer par le moyen d'une étiquette vide de sens – encore que la seule existence d'un nom quel qu'il soit vaut déjà reconnaissance de la réalité dénommée. Avant même d'être pris dans le discours, le nom propre à caractère politique – ou utilisé politiquement – est en soi un discours.

Pour autant, une fois le nom choisi et attribué, de multiples locuteurs vont s'en saisir comme de tout autre nom propre. Les travaux les plus récents s'intéressent donc non seulement aux conditions sociales et aux modalités linguistiques de sa constitution – néologie, composition, emprunt – mais aussi à ses modifications morphologiques – troncation, siglaison, dérivation, traduction (ou calque) – ou syntaxiques – modification – et à ses manipulations sémantiques – polysémie ou polyréférentialité, détournement, métonymie, métaphore, antonomase. A ces considérations principalement linguistiques, s'en ajoutent d'autres liées à l'évolution de nos sociétés – et notamment à celle de leur sphère politique – vers un marketing envahissant et une juridicisation croissante : le nom propre est perçu comme une ressource appropriable qu'il convient de défendre, ou d'attaquer. Au croisement de ces diverses interrogations, se trouvent les études en matière de changements de dénominations – qu'il s'agisse de personnes, de collectivités, d'institutions ou d'organisations.

Pour une part, dans la pratique discursive politique, il en va du nom propre comme du nom commun. Le même nom peut ne pas être entendu de la même façon par tout le monde ou dans tous les contextes : on jouera de la polysémie pour rassembler le plus largement possible, au risque de la confusion. Deux noms différents peuvent avoir le même référent, mais on s'efforcera de leur attribuer des significations différentes ici et là : la synonymie

produira alors de la distinction pour mobiliser son camp contre le camp adverse, au risque cette fois-ci de l'artificialité.

Finalement, que fait-on quand on donne ou qu'on utilise, en politique ou de façon politique, un nom propre pour parler d'un objet, de quelque nature qu'il soit – personne, groupe, lieu, période, institution, organisation, événement ?

D'abord, bien sûr, on pointe une portion de la réalité – qu'en quelque sorte on découpe – et on la présente comme spécifique : la dénomination propre sert avant tout à procéder à cette sélection et à afficher cette singularité, et par là même s'oppose à l'usage du nom commun qui ne fait que classer une entité dans une catégorie. L'usage du nom propre est inséparable d'une procédure de découpage et d'une stratégie de distinction. Mais paradoxalement, cette mise en exception ne trouve sa raison d'être politique qu'en cela qu'elle permet la revendication d'unité ou de représentativité pour construire un camp, pour donner à voir un clivage, pour unir et diviser. C'est parce que le « panache blanc » est unique qu'on peut s'y « rallier »...

S'il en est ainsi, c'est que le choix du nom ou le fait de l'utiliser contribue à légitimer ou à délégitimer, et donc à argumenter, à convaincre et à imposer. Nous l'avons dit, le nom propre est en soi un discours, il est un récit qui nous parle de ce qu'il dénomme, évoquant un certain passé vu d'une certaine façon, voire un certain futur, dessinant un environnement, suggérant d'autres entités en relation avec celle qui est dénommée, esquissant sa description : le nom propre n'est politique que s'il n'est pas arbitraire, que s'il est porteur d'un message, que s'il ne se contente pas de désigner l'objet qu'il présente comme unique, mais dit quelque chose à son sujet – quelque chose qui lui fait jouer un rôle dans la conflictualité sociale.

Mais quelquefois, la dénomination propre ne nous parle pas, ou pas seulement, du dénommé immédiat, mais d'un dénommé antérieur, déjà porteur du nom. Il en est ainsi quand on attribue à x le nom de y – comme en patroponymie, dans le cas de l'hommage à une personnalité dont on donne le nom à une rue. Le processus peut nous dire l'importance que l'on accorde à cette voie, mais surtout, elle nous dit l'importance que l'on accorde à la personne honorée et sa caractéristique mise en avant à travers la modalité retenue de sa dénomination.

Pour autant, il ne faut jamais oublier qu'au-delà du récit dont les baptêmes chargent le nom choisi, il y a les récits qu'entendront de multiples autres acteurs quand ils le liront ou l'entendront, et les récits que ces acteurs voudront faire circuler quand ils l'utiliseront. Tant il est vrai que si le nom propre, en politique, nous parle de ce qu'il dénomme, il nous parle aussi de ceux qui l'ont adopté et de ceux qui en font usage. S'il ne classe pas ce qu'il dénomme, il classe par contre plus ou moins ceux qui l'emploient, qui refusent de l'employer, ou qui le contestent, par exemple par quelque modalisation autonymique

comme l'utilisation de guillemets. Ces comportements langagiers s'expliqueront par des considérations d'ordre cognitif et stratégique. On voit donc bien que le nom propre en politique ne peut être appréhendé correctement qu'en discours, dans une perspective dialogique, avec une dimension historique et sociologique – et bien sûr politologique.

Ainsi, ce nom propre en politique n'est-il jamais qu'une manière de dire la réalité d'une façon conflictuelle – et donc en même temps consensuelle, puisque tout clivage rassemble en même temps qu'il sépare.

15:30

Painel 1 - Anfiteatro B1

**(Mod. Cristina Flores)**

**Jürgen Meisel** (Univ. Hamburgo /Univ. Calgary)

*L2 Islands in an L1 Competence: The syntax of French interrogatives*

Recent research comparing simultaneous and successive acquisition of bilingualism suggests that successive acquisition of languages is affected by age-related changes much earlier than had previously been assumed. As of age (of onset of acquisition) 4, approximately, one can observe differences in the grammatical knowledge acquired by child second language (cL2) learners, as compared to monolingual or bilingual L1 development.

But languages are not homogeneous objects, and their social or situational varieties differ in core grammatical properties. Since young children are exposed to colloquial varieties, they may not encounter some properties of more formal varieties of their L1 during early years of linguistic development. If the acquisition of a given property is delayed until age 5 or later, it is conceivable that this then represents an island of L2-type linguistic knowledge embedded in the L1 competence.

This is claimed to be the case in French where certain interrogative constructions (e.g. clitic inversion) are virtually non-existent in colloquial speech. Children tend not to be exposed to some inversion patterns during the first five years. They therefore acquire these constructions in much the same way as L2 learners. This explains why mature monolingual speakers of French behave, in some respects, like L2 learners in using or judging certain constructions of their 'mother tongue'.

Painel 2 - Anfiteatro B2

**(Mod. Grupocli)**

## **Identidades em Conflito: perspectivas pós-coloniais**

**Roland Laval (ONU)**

### *State-building in a multilingual context: the case of Timor-Leste*

Taking opportunity of my long flight to East-Timor in December 1999, I took grasp of the documentation provided to me by DPKO, UN. One phrase was of utmost importance for me. The issue of language is one of the most complex problems East-Timor is confronted to, with regard to state-building. I kept this sentence in mind all along my 5 years assignment in Timor-Leste.

In a public lecture given at the University of Adelaide, Australia, in 29 March, 2000, Dr Geoffrey Hull said "As for language, Timor is one of those parts of the world that may be described as a linguist's paradise or hell, depending on his appetite for hard work (...). Wishing to exclude from Timorese life potentially useful languages like Portuguese, Indonesian and English, is a recipe for isolation and economic suicide. What the new East Timor needs above all is an inclusive language policy, one which makes the most of all the languages-indigenous and foreign-currently available to the people."

Incidentally, the Presentation to Deakin University's "East Timor Studies Symposium", June 2005, describes Timor-Leste as "a nation with some fifteen indigenous languages spread over three language families with significant use of foreign and introduced languages, one of which, of course, has made it to the status of an official "national language".

My response to this multilingual challenge in a professional environment was threefold.

In 2000, as Project Director, World Bank and Asian Development Bank's funded Community Empowerment Project, I appointed an English teacher to each Timorese senior staff as their individual coach. Other intermediary staff had collective lectures. In order to gain their full adhesion, I told them that irrespective of their understandable interest for Bahasa-Indonesian, Tetum and eventually Portuguese, mastering the English language will contribute to their personal empowerment and facilitate in the future their professional contacts with neighboring Asian countries, not to say Australia.

As Director of Administration, Timor-Leste's Ministry of Planning and Finance, I created within the Office of Administration in 2001, a Translation unit working with on-line translators inter alia taking advantage of the time difference between Asia and Europe, for urgent translation from English to Portuguese or vice versa. Documents were made



available to the Ministry's staff members in the shorter possible time, in English, Portuguese and Bahasa-Indonesian (and some times, in Tetum). Two Timorese chiefs of Translation unit were successively trained in 2001 and 2002, during three weeks at Language Services Section (LSS), UN ESCAP (United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific), Bangkok, Thailand. The Ministry also organized English and Portuguese classes for all the staff, with support from Australian and Portuguese Cooperation Bodies.

In 2004, at the end of my assignment in Timor-Leste, I regretfully noticed that so little had been done on an institutional basis by the Government or United Nations to address the day-to-day linguistic bottlenecks. In an article titled "Peace-keepers as Nation-builders: Dilemmas of the UN in East Timor", published in *International Peacekeeping*. Vol. 8, no 4 (2001), Astri Suhrke, a Finish scholar said "the intense competition for interpreters signaled the fundamentally foreign nature of the governance mission". He could have add, the tremendous search for trained or simply knowledgeable interpreters. I was astonished to see Timorese with real language skills, struggling to perform as professional interpreters because they had not a single idea of the commonly used techniques. Even UN-paid so-called Timorese Language Assistants were never trained. By luck, my preoccupation met a similar lasting request for capacity- building launched albeit with no success, by the only professional Timorese interpreter and translator. We thus joint our efforts. With funds from the Ministry of Planning and Finance, I could finance the first International Symposium on Professional Interpretation and Translation in Timor-Leste. The venue was aimed at providing a broad review of interpretation and translation skills to future Timorese professional interpreters and translators. UN Language Department, ESCAP, Bangkok provided its technical expertise. President Xanana Gusmao attended the whole meeting as a testimony of his strong implication while session was opened by Senior Minister, Minister of Justice Ana Pessoa. In October 2004, Ministry of Justice and UNDP launched the first courses in legal translation and court interpreting at the Universidade Nacional Timor Lorosa'e, through the Pilot Project "Capacity Development for Translators and Interpreters for the Justice Sector in Timor-Leste".

**Luís Pinto** (Tradutor/Intérprete)

*Um país improvável: questões de língua(s) e identidade(s) em Timor-Leste*

Timor-Leste is part of Southeast Asia/the Asia-Pacific region. It was a Portuguese colony for nearly 450 years and was invaded and occupied by Indonesia for 24 years. It became

independent in 1999 following a UN-sponsored referendum. With a population of about 1.2 million people, the country has a complex linguistic landscape with some 13 languages and more than 30 dialects. Timor-Leste's constitution provides for two official languages (Tetum and Portuguese) and two working languages (Indonesian and English). It also values all national languages which the State is committed to developing. With scarce qualified human resources, a dysfunctional education system, an unskilled civil service and inadequate legal system, Timor-Leste faces major challenges in the dual process of State-building and Nation-building. Language issues are at the core of those challenges. While this is acknowledged by the national authorities and the international community alike, little has been done to tackle the problem(s). This paper discusses language issues in Timor-Leste from a practitioner's viewpoint, emphasizing the role of translation and interpreting in a multilingual society and administration. In doing so, it inevitably touches upon identity issues in the newly independent Timor-Leste.

16:30 Pausa p/ café (Coffee-break)

16:45

Painel 1 - Anfiteatro B1

(Mod. Cristina Flores)

***Línguas de herança e mudança linguística/  
Heritage Languages and Language Change***

**Esther Rinke** (Univ. Frankfurt)

*Language change and language attrition:  
Issues in the investigation of heritage Portuguese in Germany*

This talk highlights the particular relevance of studies on language attrition for the explanation of syntactic change and specifies some syntactic domains that will be relevant for further investigation.

Theories of diachronic change often refer to processes of language acquisition and to language contact situations in order to account for the causes of syntactic change. A closer

look on such explanatory scenarios reveals, however, that it is not self-evident that language acquisition or language contact lead to grammar change (cf. Meisel 2011, Poplack & Levey 2009). Given the fact that children normally achieve perfect L1 mastery and that bilingual speakers are able to separate their languages from early on, the question emerges under which conditions language change through language acquisition or language contact is possible at all.

In this context, the investigation of heritage speakers' competence is of particular interest for the elaboration of plausible scenarios of language contact induced change. The second generation of heritage speakers deserves special consideration, because studies on heritage bilingualism argue that these speakers may be affected by incomplete acquisition or language attrition. Investigating the linguistic competence of this group of speakers may therefore shed light on the question under which conditions grammatical change can occur and which syntactic domains are vulnerable for changes. As a first step towards a larger research programme, I will provide some preliminary results of the analysis of spoken language data from second generation Portuguese heritage speakers living in Germany (who were interviewed by Tania Senra within a research grant funded by the DAAD) with respect to the following syntactic phenomena: subject realization and null subjects, clitic object pronouns and null objects as well as the realisation of definite articles.

## **Pilar Barbosa e Cristina Flores (CEHUM)**

### *Clitic placement in Portuguese heritage children*

The present study investigates the linguistic competence of Portuguese heritage speakers who live as second generation migrants in Germany (in Hamburg and in Stuttgart). The participants are tested with respect to their knowledge of object clitic placement in European Portuguese.

Clitic placement in EP is of special interest for any study of language acquisition, since it is a very complex domain of the grammar. The position of the clitic depends on the syntactic context: enclisis is obligatory with most preverbal subjects and in null subject sentences, while proclisis is required in embedded sentences, with preverbal bare QPs or aspectual adverbs and in contexts of negation (Barbosa, 2000). Following Duarte & Matos (2000), in the early stages of monolingual L1-acquisition, children overgeneralize the enclitic position and only later acquire the relevant patterns of proclisis. Given the fact that the conditions under which the language is acquired by the heritage speakers may differ from that of monolinguals in terms of the quantity and quality of input, we will investigate whether the HS equally acquire the relevant knowledge of clitic placement in Portuguese.

Employing a sentence-building task, 24 Portuguese children (12 monolinguals and 12 heritage children), ages 7 to 15, were tested. The results indicate that the children of the second generation overgeneralize the enclisis pattern in the age span between 7 and 10 years and acquire proclisis later than native monolinguals (around age 11), which indicates that reduced input leads to a slower process of acquisition in this domain.

## **Painel 2 - Anfiteatro B2** **(Mod. Grupocli)**

### **Amélia Carvalho (CEHUM)**

*The 'double-bind' non-white, non-male in Chinese American women's writing:  
Maxine Hong Kingston - a case study*

My main goal in this paper is to analyse the differential value of Chinese American women's writing, specifically in the works of Maxine Hong Kingston *The Woman Warrior* and *China Men*. By analysing these works as interventions in Chinese American historiography, I intend to show that, notwithstanding the fact that they have been acclaimed by American literary criticism as representative works, Maxine Hong Kingston claims a great percentage of the critics that classified them have done so through criteria which were established for traditional western literary creation. Maxine Hong Kingston points out that reviews of her work derived from traditional misconceptions of her ethnicity and from what is to be expected from works by Asian writers.

However, if on the one hand, she claims her place in the American literary scene, evading the constraining stereotype of the "exotic" and the expectations which are generally raised around Chinese American writing, on the other hand, she is also confronted with criticism by her fellow male writers. The latter accuse Chinese American women writers, whose works have become immensely popular, of conforming to the white publishing establishment by perpetuating the colonialist feminization processes of the 'Oriental' male and depriving Chinese American men of their lost virility.

### **Joana Passos (CEHUM)**

*Ethical lessons from South Africa: the legacy of the Nobel Peace Award speeches*

The Nobel Peace Award pays tribute to the choice for pacific solutions in contexts where political problems have a high potential for conflict. It thus establishes public recognition for the heroic, ethical profile of key personalities involved in searching for alternatives to violence. Considering the prestige and credibility of the Nobel award, and its impact in the West, the choice of attributing the Nobel Peace award to a certain personality implies international respect and support for the cause defended by such high profile character. This study focuses on the four presentation speeches by the Nobel Committee, and the four Nobel lectures by each of the South African activists who were awarded the peace prize at different moments in South Africa's complex struggle against apartheid: Albert Luthuli (1960), Desmond Tutu (1984), and the double award for FW de Klerk and Nelson Mandela (1993). These speeches, both by the Nobel committee and the awarded personalities, stand as an ethical heritage to be revisited and remembered. In the context of the clear right wing turn in European politics concerning immigration and cultural differences (one can take Sarkozy's expulsion of the Roma as a symptom of a wider marginalizing political sensitivity) it is timely and relevant to reflect on South Africa's ethical lessons to the world.

### **Rebecca Harwood (CEHUM)**

#### *Walking the Line and Crossing the Lines: Failures to Communicate in the Contact Zone*

Rebecca West, Virginia Woolf and Naomi Michison were among those who admired the work of Stella Benson and recognised her importance as a woman traveller writing during the Interwar years.

In her own mind, however, she remained a displaced person, an exile, always on the periphery and never at the centre. Yet, as Caren Kaplan writes, "each metaphor of displacement includes referentially a concept of placement, dwelling, location, or position. Thus exile is always already a mode of dwelling at a distance from a point of origin." (Questions of Travel, 143).

Benson's own particular 'mode of dwelling' is powerfully voiced in the quirky beauty of the sketches comprising her two travel writing collections, *The Little World* (1925) and *Worlds Within Worlds* (1928). Her observations on her travels are a unique testimony to her intellectual honesty and her enduring fascination with the instability of ideas and identities in the contact zone.

I would like to focus here on the recurring suggestions of the 'failure of intellectual communication' in Benson's travel sketches and how her location on the periphery

translates incidents of failure into possibilities for a sympathetic communication between individuals.

22.00

### **Concerto Piano por Luís Pipa**

Museu Nogueira da Silva

**06.11.10> Sábado> Anfiteatro B1**

9:30

**(Mod. Marie Silva)**

**Emmanuel Fraise** (Univ. Sorbonne Nouvelle Paris III)

#### *Identité, identités: une fausse évidence?*

La notion « d'identité » est particulièrement répandue aujourd'hui, et semble pour ainsi dire naturelle.

Or ce terme, largement diffusée au plan mondial, est relativement récent et demeure profondément ambigu. Deux conceptions de l' « identité » sont en effet à l'œuvre en termes de culture et de vie sociale : d'une part le caractère permanent de « l'identité » (« ce qui est identique à soi même ») et par conséquent intangible et invariant, d'autre part le « sentiment d'appartenance » des individus à un ensemble ou une communauté qui les dépasse et contribue à les définir. Identité nationale, identité de genre, de race, de langue, autant « d'identités » qui relèvent donc dans le même mouvement d'une subjectivité et d'une volonté d'objectivation ou de naturalisation.

Après avoir rappelé les origines historiques et théoriques de la relation entre langue, culture et sentiment national, on s'attachera dans cette communication à trois aspects de l'identité en matière de littérature et de culture:

1. Littérature et affirmation identitaire : le cas de la francophonie africaine;
2. Langues et identités : le choix de la langue par l'écrivain en occident, ou le refus de l'inné;
3. Minorités, contre-culture et proclamations identitaires.

Comme la notion d'identité, la conclusion proposée sera paradoxale : loin de faire reculer les affirmations identitaires, la mondialisation contribue, malgré ses effets unificateurs (ou

à cause de ceux-ci), à un renforcement des affirmations identitaires dans les espaces régionaux et au même au sein des vieux États-nations.

10:30 Pausa p/ café (Coffee-break)

11:00

Painel 1 - Anfiteatro B1

(Mod. Aldina Marques)

***Vozes políticas na diversidade dos discursos***

**Isabel Margarida Duarte (FLUP)**

*Política e jornalismo: algumas práticas discursivas*

A problematização da relação entre o discurso político e os media que será levada a cabo terá em conta a heterogeneidade do primeiro e a noção de “má fé discursiva” (Kerbrat-Orecchioni, 1984). Com base em exemplos retirados da imprensa escrita, analisar-se-ão alguns recursos linguísticos usados pelos jornais para conduzirem as opiniões políticas dos leitores, sem no entanto tomarem abertamente partido, isto é, sem se responsabilizarem enunciativamente pelo comunicado, frequentemente muito mais do que o dito. Serão passados em revistas mecanismos linguísticos como vários tipos de pressupostos e implicaturas, algumas partículas argumentativas fortemente dialogais, o uso quer do condicional quer sobretudo do futuro perfeito, verbos modais como poder e dever, expressões definidas, certas escolhas lexicais que denotam parcialidade, o uso dos pronomes “nós” e “eles”, a opção pela activa ou pela passiva, metáforas e outros topoi. Estes mecanismos linguísticos condicionam e modificam as crenças do alocutário, configurando, no caso em apreço, uma intervenção política.

**Rosalice Pinto (UNL)**

*Vozes dissonantes na actividade política brasileira: um desvendamento crítico*

Actualmente existem duas concepções diferentes em relação ao termo Política (Amaral, 2010). De um lado, alguns autores a definem como a conquista e o exercício do poder no Estado. Do outro, de forma mais abrangente, teóricos a consideram como um fenómeno de poder e de exercício do poder em toda e qualquer instituição social onde se manifesta. No entanto, independentemente de uma visão mais estrita ou abrangente do termo, deve ser ressaltado o seu carácter contraditório, bipolar e dialéctico, implicando necessariamente luta entre pessoas, grupos sociais ou países, divergências de opiniões. Consequentemente, ao se discorrer acerca da Política, necessariamente instaura-se um embate de vozes sociais com certo teor de dissonância.

Salientando a relevância da Política como objecto de reflexão e de debate desde a Antiguidade Clássica até os dias actuais, esta contribuição que segue preceitos teóricos de abordagens linguísticas que aprofundaram a descrição de textos/discursos/gêneros visa 'descortinar' algumas vozes presentes/ausentes em entrevistas televisivas efectuadas a presidenciáveis no ano de 2010, no Brasil. Lembremos que esse carácter dialógico e/ou polifónico poderá vir a ser identificado tanto a partir de recursos verbais quanto de aspectos não-verbais que possam ser identificados na transcrição dos textos em análise.

Para atingir este objectivo, procuraremos num primeiro momento, delimitar, no quadro teórico-metodológico em que insere-se este trabalho, como o termo actividade política será por nós definido. Num segundo momento, a partir de algumas abordagens linguístico-textuais, estabilizaremos os conceitos de dialogismo e polifonia, de forma a esclarecer a opção teórica seleccionada para identificar a heterogeneidade enunciativa presente nos textos. Por fim, passaremos à análise dos corpora propriamente dita.

Este estudo será efectuado a partir da gravação e da transcrição de entrevistas efectuadas por três candidatos à presidência da República do Brasil, num jornal nocturno de um canal de televisão brasileiro, nomeadamente José Serra Partido da Social Democracia Brasileira; Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores e Marina Silva do Partido Verde. Esses candidatos correspondiam, nas soldagens, àqueles que teriam mais chance de vencer as eleições presidenciais brasileiras no ano de 2010.

**Emília Pereira (CEHUM)**

*Enunciação diferida e enunciadores rastreáveis, ou de como uma caixa dentro de outra permite, ainda assim, pensar fora dos seus limites*



O acto ilocutório tem uma instância enunciativa que, sabemo-lo desde a obra seminal de O. Ducrot, pode ser mais vasta e diferente do locutor do enunciado. Assim, é particularmente interessante para a análise linguística encontrar enunciados em que o locutor e o(s) enunciativador(es) diverja(m). Tal é instanciável em sequências ainda coincidentes com o limite sintático da frase e vem datado, na bibliografia de referência, ainda da década de 80.

Em anos mais recentes, os factos respeitantes ao uso vêm sendo tratados no âmbito do discurso. Esta análise circunstanciada traz notas virtualidades descritivas do fenómeno antes apontado pois que sequências mais longas e articuladas, lidas também em função dos papéis sociais em presença, deixam ver dimensões éticas de um enunciativador construído.

Há uma dimensão da análise só passível de ser articulada ao nível discursivo (em detrimento dos níveis enunciativo e pragmático que, na genealogia das disciplinas, os antecederam) que é dada pelo estatuto de que se reclama o sujeito quando fala. Com Sloterdijk (2010), mostrarei como o papel reclamado pelo enunciativador adquire um valor tímido, o que se exemplifica apenas com determinados locutores em função do que pretendem na relação interpessoal mediada pela palavra.

Motivou o subtítulo o facto de uma análise formal da sequência sintática de discurso indirecto figurar parenteticamente as relações dependenciais de frase e oração pequena. Assim, a sua representação pode ser dita “uma caixa dentro de outra caixa”. Contudo, a análise enunciativo-pragmática, que adscribe enunciativadores a uma e outra sequência, permite que deduzamos mais do que é verbalizado. Permite que, ainda que estando o sujeito da enunciação dentro de uma outra sequência enunciativa, ele tenha voz própria, i.e., um sujeito pode relatar palavras alheias ao mesmo tempo que as comenta e lhes acrescenta. Adita-se ainda o sentido anglófono da expressão, que advoga o pensamento divergente.

## **Rui Ramos (IE)**

### *Vozes Políticas no discurso mediático sobre o ambiente*

Situando-se no quadro da Análise do Discurso, a presente comunicação descreve e analisa aspetos funcionais e configuracionais relevantes de um breve corpus de artigos jornalísticos contemporâneos que tocam a problemática ambiental. Assumindo que «a imprensa é, por excelência, o lugar do relato de discursos» (Duarte, 2003: 97) e que o ambientalismo se constitui nos espaços públicos como um dos “discursos públicos

dominantes” (Jung, 2001), ou seja, os discursos significativos na configuração das experiências “em segunda mão” mediadas pelos meios de comunicação social, com capacidade de intervenção social transversal não negligenciável, identifica alguns dos mecanismos mais salientes sobre os quais este tipo de discurso se constrói, nomeadamente a interdiscursividade e o relato do discurso de atores políticos.

Pretende, desta forma, constituir um contributo válido para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa contemporânea, numa época em que o ambientalismo é um discurso fortemente operativo na esfera pública nacional.

[Painel 2 - Anfiteatro B2](#)

**(Mod. Orlando Grossegese)**

### **Voices da Crise & Discursos sobre a Crise - a actualidade de Eça de Queiroz**

Apresentação pública do protocolo da Universidade do Minho com a Fundação Eça de Queiroz (FEQ). D. Maria da Graça Salema de Castro, Presidente do Conselho Administrativo da FEQ e Prof. Dr. Orlando Grossegese, Vice-Presidente do ILCH, seguido de Mesa redonda sobre a temática.

Ao comparar Portugal com a Grécia, Eça faz uma paródia do estado deste nosso país num discurso expressamente necrológico, que aliás prolifera tanto no penúltimo como no último, ainda recente, Fim do Século. O discurso patriótico que obsessivamente afirma a propriedade nacional dos bens – imagem do discurso actual perante a economia globalizada – é uma presa fácil da ironia: “E desgraçadamente, além destes males, uns nascidos do nosso temperamento, outros traduzidos do francês, morremos a mais de um outro mal, todo nosso, ...” Entre estes bens nacionais encontra-se também a “eloquência degenerando da loquacidade – da verbosidade descambando na verborreia”. Para Eça, a crise da própria linguagem representa um aspecto crucial da decadência nacional. Sob esta perspectiva, vale a pena reler Eça de Queiroz e interrogar-se sobre o valor da sua escrita no momento actual.





**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR